

DECISÃO RECURSAL, DE 08 DE AGOSTO DE 2025.

1.

Recurso ao DREI nº 14021.000906/2025-57

Processo JUCERJA nº 151.00015367/2024-52

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

. Decisão que validou a cobrança de taxa administrativa por leiloeiro, prevista no edital e com ciência do comitente.

II. Alegação da Procuradoria sobre a falta de previsão legal e necessidade de comprovação detalhada das despesas.

III. Interpretação que dispensa comprovação individualizada, conforme o artigo 75, II, "b" da IN-DREI 52/2022.

IV. Prática consolidada e jurisprudência favorável à cobrança da taxa administrativa.

V. Recurso PARCIALMENTE PROVIDO.

(...) opinamos pelo **CONHECIMENTO** e pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do presente recurso.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).